

Os ossos de Camões

IVO CASTRO

(Universidade de Lisboa)

1. No tempo de Rodrigo da Fonseca, uma comissão de sábios e políticos foi nomeada pelo governo português com a incumbência de localizar os ossos de Camões e de promover a sua transferência para o mosteiro dos Jerónimos.

Conhecemos a sua actividade através de um *Relatório feito em nome da Comissão nomeada por portaria de 30 de Dezembro de 1854 para buscar os ossos de Camões, escripto por José Tavares de Macedo na qualidade de Secretário da mesma Comissão* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1880), relatório cuja autoria daria mais tarde lugar a uma pequena polémica entre Tavares de Macedo e (como era quase inevitável quando estavam em causa imprecisões de nomes, datas ou factos) a figura ilustre de Teófilo Braga. Nos 26 anos que decorreram entre os trabalhos da Comissão e a publicação do relatório, Teófilo obteve uma cópia manuscrita do dito e, no afã de publicar primeiro e investigar depois, deu à estampa essa cópia, que tinha algumas incorrecções, e atribuiu-lhe como autor um certo Visconde de Monção, que tinha de facto presidido à Comissão mas não escrevera o relatório, nem, que se saiba, nada mais que mereça atenção. O que talvez não seja o caso de Tavares de Macedo, como veremos adiante.

Mas fiquemo-nos pela busca das épicas ossadas. A Comissão sabia (ou julgava saber) que Camões, em 1580, fora sepultado na igreja de Sant'Anna, de Lisboa, à mão esquerda da entrada principal da igreja, tendo-se perdido memória do lugar certo da sepultura em virtude do terremoto de 1755. Alguns esforços para a localizar, empreendidos em 1836, não tinham chegado a qualquer resultado.

Examinadas as memórias escritas e de tradição (algumas freiras lembravam-se de conversas antigas no convento), a Comissão não pôs em dúvida que tivesse existido uma campa rasa de mármore, mandada colocar por D. Gonçalo Coutinho alguns anos após a morte do poeta, com o seguinte epitáfio: "*Aqui jaz Luiz de Camões, Príncipe dos Poetas do seu tempo. Morreu no anno de 1579. Esta campa*

lhe mandou aqui pôr D. Gonsalo Coutinho, na qual se não enterrará pessoa alguma." Mas pôs em dúvida que a sepultura tivesse sido trasladada para o centro da igreja, como afirma Faria e Sousa, ou que tivesse sido destruída pelo terremoto de 1755. Em sua opinião, a tampa de mármore fora removida devido à construção de um coro novo junto à antiga porta principal; sendo então o chão coberto com soalho, fora preciso nivelar o solo e remover as cobertas das sepulturas. Tudo isso antes do terremoto, o qual não afectara, portanto, aquela parte da igreja, recentemente restaurada.

A confirmar tal suposição está o facto de, escavada essa área do coro, à mão esquerda da antiga entrada, se verificar que, nas palavras do relatório, "todo o chão do côro estava alastrado de ossaduras inteiras, que bem mostravam que para o assoalhamento se não tinham d'ali tirado os ossos". Apenas estavam deslocadas algumas ossadas no ponto onde em 1836 houvera o infrutífero tentame de escavações. Assim, a Comissão ficou convencida de que os ossos de Camões permaneciam no exacto local da sua primitiva sepultura. O problema era localizá-la. Com inexcedível candura, o relatório explica como saíu da dificuldade:

Levantou-se o solho em busca da lousa, e nenhuma lousa se encontrou, mas logo terra por baixo do solho, ou então em alguns logares mais baixos resto de ladrilho. Começou depois a escavação ainda na esperança de que se poderia achar alguma obra de alvenaria ou cantaria que designasse a sepultura do poeta, e igualmente nada se achou; mas a uma certa altura ossos em fôrma que se lhe não tinha mexido. Alguns d'estes eram pois sem duvida os de Luiz de Camões; mas quaes, se nem era possível distinguir a sepultura [...].

Que havia pois a fazer [?] Ou deixar tudo no antigo repouso, ou juntar os ossos que se achavam á entrada da igreja á mão esquerda. Com o desejo que a Commissão tinha de juntar os ossos do illustre poeta, e bem convencida de que todos quantos esforços se fizessem, seriam inuteis para inteiramente os estremar, preferiu o ultimo arbitrio.

Confessâmos que é isto penoso; que talvez com os ossos de Camões estejam misturados os de pessoa de bem pouco valor; mas assim já elles estavam, e o oiro de seus ossos não deixa de o ser por estar junto com outro metal de pouca estimação.

Aí está por que os ossos que hoje veneramos nos Jerónimos como sendo do épico nacional pertencem a um desconhecido cidadão lisboeta falecido nos finais do século XVI, talvez chamado Luís de Camões, ou talvez não.

2. Usar ossos anónimos para recheio de sepultura com nome e usar documentos acondicionados para suporte de tese preexistente são malfeitorias que se equivalem. É corrente a prática de dispensar do exame da crítica histórica aqueles dados, objectos ou textos que, verdadeiros ou fictícios, bem ou mal classificados, se encaixam decorativamente na interpretação que fora estabelecida como ponto de partida, ou que surgira por intuição ou associação livre a meio do percurso, e cuja elegância de modo algum convém perturbar com as minúcias de uma verdade quezilenta e pouco cooperante. Não raro, essa prática escuda-se em teorização que, no seu melhor, explora a hesitante fronteira entre verdade e subjectividade, mas que, na familiaridade do dia a dia, se contenta com uma suspeição generalizada e de cliché contra a erudição histórica e a filologia.

São férteis os campos dos estudos literários e linguísticos em exemplificações dessa prática: usar a primeira edição que nos venha às mãos para comentar um

texto; editar um texto a partir da fonte mais próxima e confortável, sem inventariar, colacionar e hierarquizar todas as fontes desse texto; pretender que todas as operações de leitura se podem desenvolver livremente e sem serem afectadas por prevenções de natureza filológica, tais como a fidelidade de uma citação, a decifração de um hapax ou como a existência de variação autógrafa; preferir uma lição impressa a uma dactilografada, e esta a uma manuscrita; desconfiar das revisões que a edição crítica provoca em textos muitos conhecidos; procurar corroborações diacrónicas para hipóteses linguísticas sincrónicas através de colheitas indiscriminadas, que não têm em conta a cronologia, a natureza e o contexto produtor de cada documento, nem as características da edição que o veicula; e tudo o mais que não digo, porque estas atitudes adversas à filologia me interessam aqui menos do que as potencialidades do procedimento estritamente filológico, no que respeita à descoberta de novos materiais e dados.

3. Há um pouco a ideia de que o património textual da língua portuguesa se aproxima da exaustão: todos os manuscritos medievais importantes foram localizados, editados e estudados; nem todos os textos da época moderna, mais abundantes e acessíveis, são merecedores de estudo (tal como a história da língua portuguesa clássica e moderna é menos digna de interesse que a medieval); a actualidade é moderna de mais e o futuro não existirá, porque o que se escreve em computador não deixará as marcas, idiossincraticamente inscritas em suporte de papel, de que a filologia se alimenta.

Nenhuma destas opiniões deve receber fé absoluta: certamente muito fragmento de pergaminho medieval ou de incunábulo se esconde ainda no acancho de encadernações mais recentes, como Avelino Costa, Pedro Vindel, Amadeu Soberanas, Isabel Cepeda e Harvey Sharrer têm mostrado; a entrada em cena da tipografia, o alargamento da alfabetização e a deslocação de portugueses para fora da Europa provocaram, na produção e no uso dos textos, determinados movimentos e quantidades que ainda aguardam tratamento adequado e que prometem, pelas amostras de Rita Marquilhas, que a história da língua não declina com a Idade Média; a preservação maciça de autógrafos, nos dois últimos séculos, abriu perspectivas totalmente novas quer a nível da metodologia e da teorização ecdóticas, quer da hermenêutica dos primórdios genéticos do texto, quer ainda dos processos linguísticos de selecção lexical e sua ordenação sintáctica, evidenciados pela rasura e pela reescrita, como o meu próprio trabalho no espólio de Fernando Pessoa suponho que tem evidenciado; finalmente, a suposição de que os processos ante-textuais são irrecuperáveis, quando a escrita e reescrita ocorrem apenas em suporte informatizado, parece ter cada vez menos razão de ser. Em todos estes tabuleiros, os jogos em que podem participar filólogos, linguistas e cientistas da literatura são variados e promissores.

A história que vou contar confirma que é possível encontrar documentos que merecem ser descobertos; confirma que há recursos para identificar e valorizar o que parece vácuo à primeira vista (neste caso, que se tratava de autógrafos de obras desconhecidas, que obras eram essas e qual a sua estrutura, como tinham sido escritas, quando e por quem); confirma ainda que a publicação desses autó-

grafos sob a forma de edições genéticas permite não só ter acesso, em termos convencionais, aos textos em si, como ainda os ilumina com reveladoras visões do modo como eles foram escritos, a nível da língua, da estratégia expositiva do autor, da sua informação e da sua ideologia. A mais-valia destas visões está em revelarem traços que, muitas vezes, o autor se esforçou por fazer desaparecer da versão final do texto.

O protagonista da história é, de novo, o intrépido escavador camoniano José Tavares de Macedo, agora convertido ele próprio em matéria arqueológica.

4. Os pormenores de tudo o que vou contar acham-se na edição das suas *Obras Inéditas*, que acabo de publicar com a ajuda dos alunos do Mestrado de Linguística Histórica da FLUL (Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1996). Posso, por isso, limitar-me aos essenciais.

Começou tudo por um pacote de manuscritos que comprei, quase a oito, num alfarrabista. Não se espera encontrar manuscritos medievais à venda num alfarrabista, nem coisas pergamináceas, mas papéis em mau estado do século XVII em diante – cartas, documentação económica, poesias avulsas, cadernos de estudo, pedaços de conjuntos irreconhecíveis – isso sim. Eram vários os enigmas: os manuscritos não tinham título, nem nome de autor, nem data. Foi o que despertou a minha curiosidade, de par com a evidência de se tratar de autógrafos, integralmente escritos por uma única mão, com inequívocos indícios de escrita revista e emendada, mas interrompida antes de chegar a uma fase final de acabamento.

Teria essa fase ocorrido em outro lugar? Seria isto o rascunho de uma obra concluída e publicada (o que diminuiria bastante o valor do achado)? Uma busca guiada pela excelente bibliografia de Simão Cardoso (*Historiografia Gramatical (1500-1920)*, anexo VII da *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 1994), sem ser exaustiva, deu uma garantia razoável de que nenhuma obra correspondente a estes manuscritos tinha sido publicada em Portugal nos vinte anos seguintes a 1831; esta, e a data de 1835, figuravam nos manuscritos; embora não tivessem a função de datar qualquer secção do texto, podiam ser tomadas como marco *a quo* para a composição.

Por outro lado, era patente que o maço de folhas não correspondia apenas a uma obra, mas a duas: os títulos *Ensaio sobre o Estudo Histórico das Línguas e Elementos de Gramática Portuguesa* foram escolhidos entre os vários que apareciam nos manuscritos, por serem aqueles para que o autor parecia inclinar-se quando suspendeu a escrita. Adianto já uma leve caracterização dessas obras, embora ela só se tivesse tornado aparente numa fase muito mais avançada da investigação. O *Ensaio* pretendia ser uma sistematização de reflexões sobre os grandes temas caros aos filósofos do século XVIII: a distinção entre línguas primitivas e derivadas, a origem da faculdade da linguagem, as propriedades que compõem uma língua perfeita, as causas e o modo de remediar a decadência de uma língua, o classicismo e o purismo, etc. Quanto aos *Elementos*, um exame mais atento poderá confirmá-los como uma versão abreviada da gramática de Soares Barbosa, destinada eventualmente ao ensino.

A existência dos planos de ambas as obras, as numerações das folhas e outras referências internas permitiram perceber como se achavam estruturadas e como as partes tinham diferentes graus de apuramento: enquanto de alguns capítulos havia apenas um esquema sem redacção, ou apenas alguns apontamentos, de outros havia duas ou três redacções sucessivas. Determinar a respectiva cronologia interna com base nas emendas foi ocasião para um exercício de crítica genética, depois ampliado à edição global e materializado no aparato de rodapé, que cumpre duas funções: revelar os antecedentes da escrita do texto final e constituir um *corpus* autónomo para análises linguísticas.

Como os capítulos mais elaborados, em ambas as obras, eram os iniciais, depreende-se que a vontade criadora foi amolecendo muito antes de concluída a primeira redacção da obra, dos polimentos e de uma eventual edição. Os textos apresentam-se, assim, como inéditos porque suspensos em curso de escrita. Mas pelos estados genéticos sucessivos desses capítulos iniciais, que são também dos mais extensos, se adivinha o que estas obras poderiam ter sido, em solidez e reflexão, se não tivessem ficado pelo caminho. Ainda a este respeito, dois pormenores interessantes e reveladores das recompensas que pode ter um exame material sem pudor de ir a extremos de minúcia:

a) a suspensão não foi um abandono desinteressado da escrita, mas antes uma deliberada decisão, traduzida no modo como os manuscritos foram reunidos e arrumados em pacote entre duas pastas de cartão, atadas e identificadas, no exterior, por rótulo autógrafa;

b) essa suspensão decidida ao mesmo tempo para as duas obras fora precedida de uma fase de revisão textual comum a ambas: os papéis em que foram escritas as mais antigas versões do *Ensaio* são completamente diferentes dos papéis primitivos dos *Elementos*, o que significa que as duas obras tiveram inícios distintos no tempo e no espaço. Mas ambas foram submetidas a uma revisão e ordenação interna comuns, o que se percebe pelos dispositivos estruturadores e pelos papéis utilizados, que são os mesmos nos dois casos.

5. A totalidade, ou quase, das operações a que aludi até aqui são de natureza codicológica. As restantes operações a que foram submetidos os manuscritos, e em que não me detenho – transcrição diplomático-genética total, com levantamento das emendas ocorridas na página (segundo o sistema de notação utilizado na edição crítica de F. Pessoa), colação dos estados variantes da mesma secção, determinação da versão mais recente e estabelecimento crítico do texto, com aparato genético – inscrevem-se no domínio que habitualmente designo de “crítica textual moderna”, ou crítica do original presente, por contraposição à “crítica textual tradicional”, ou crítica do original ausente.

Quer isto dizer que todo o trabalho desenvolvido em torno dos manuscritos – análise material dos suportes, reconstituição do processo genético, edição do texto e do dispositivo genético – pode ser classificado como estritamente filológico.

6. Foi praticamente no fim deste trabalho filológico, e depois de atingidos os objectivos principais de esclarecimento do problema posto pela descoberta dos

manuscritos (e também de produção de um modelo reutilizável de pesquisa), que foi possível resolver a questão da autoria. A qual podia ter sido resolvida mais cedo, se logo tivesse percebido que duas folhas soltas e separadas provinham de cartas recicladas. Ambas contêm numa face o endereço do destinatário (ou seja, o "sobrescrito"), mas têm a particularidade de não conter na outra face o texto da correspondência, como era habitual. Parecem assim ter servido literalmente de envelope, ao contrário do costume de escrever parte da correspondência na sua face interior, podendo outras folhas da carta ser dobradas e envolvidas por esta.

A primeira folha tem na página branca diversas exemplificações gramaticais, rapidamente apontadas, enquanto na página do endereço tem contas. Como está rasgada ao meio, só permite ler metade do nome do destinatário:

A Joze Tava □
Meu Filho
Pr □
Collegio Milit □

Um carimbo postal reza *Torres Vedr* □, o que coincide com a informação, depois obtida, de que o pai de Tavares de Macedo residia em Torres Vedras. Mas este endereço, para lá de sugerir que o destinatário era professor no Colégio Militar, não permitia uma identificação satisfatória.

A solução só apareceu quando certas palavras riscadas da outra folha foram interpretadas não como cancelamentos do texto que as envolve, mas como um endereço anterior, à volta do qual Macedo escreveu. Aí lê-se com dificuldade, por causa das abreviaturas e dos traços de cancelamento,

Il^{mo} Sr
J^e T^{mo} de
Macedo

seguido de duas palavras ilegíveis. Tanto bastou para se obter o nome do autor, destinatário das duas cartas e, pelos vistos, homem económico no uso de papel.

O mais que apurámos a respeito de José Tavares de Macedo é o seguinte. Nasceu em Torres Vedras em 1801, filho de Manuel Tavares de Macedo e de Francisca Bernarda Magdalena da Silva Trigueiros. Dos anos formativos, nada se sabe. Seria homem de 30 e poucos anos na época em que empreendeu a escrita do *Ensaio* e dos *Elementos*, ocupação digna de um professor (de Português?) do Colégio Militar. Segundo o *Almanaque de Portugal*, foi oficial graduado do Ministério da Marinha e Ultramar, nomeado em 1852. Nesse mesmo ano foi admitido como sócio efectivo da Academia Real das Ciências, na mesma secção da classe de Ciências Morais, Políticas e Belas Letras, a que pertencia Alexandre Herculano. Foi deputado em várias legislaturas, usava o título de Conselheiro e foi sócio da Associação Marítima e Colonial, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana e do Conselho Ultramarino, o que é revelador da variedade dos seus interesses, reflectida também pelas publicações, que versam matérias como a história da agricultura e da farmácia. Faleceu em 1890, aos 89 anos, em Lisboa.

Como linguista, publicou uma das suas primeiras obras, os *Elementos de Orthographia Portugueza* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1834), sem indicação de autor. A segunda edição, de 1861, já incluía, além do nome do autor, a indicação de que se trata de "obra approvada pelo Conselho Geral de Instrução Publica para uso das Escolas". Uma pequena introdução declara: "Estes *Elementos de Orthographia Portugueza* foram organisados para o fim de se aprender a Orthographia mais usada: se o auctor quizesse expor o que lhe parece melhor nesta materia, sem a menor hesitação preferiria a orthographia chamada de pronuncia; mas para que esta orthographia se podesse adoptar convenientemente, seria necessario fazer alguma alteração no nosso abecedario, o que só poderia fazer alguma corporação scientifica altamente illustre, com annuencia do Governo. No emtanto, cumpre seguir o mais geralmente usado". Simão Cardoso referencia as duas edições de Tavares de Macedo, mas Leite de Vasconcellos nem deu por ele.

7. Não interessa muito discutir se Macedo merece ou não que dêem por ele como linguista. Francamente, interessa-me muito mais saber que com um pouco de sorte e um pouco de filologia foi possível, no espaço de alguns meses, encontrar uns papéis, perceber o que continham, quem os escreveu e como os escreveu, e publicar tudo isso. E saber que, com a mesma sorte e a mesma filologia, outras descobertas se hão de fazer, porventura mais importantes. E que essas descobertas assentarão em factos duros como rocha. Sobre eles poderão outros fazer as interpretações que quiserem, com certeza mais consistentes do que as interpretações que desprezam a mediação filológica.

Que é preferível a quem se aventura pelos campos-santos onde o passado jaz? Os papéis autênticos do modesto Macedo ou os ossos de Camões?